



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2015.0000561509

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação / Reexame Necessário nº 0006876-67.2012.8.26.0028, da Comarca de Aparecida, em que é apelante PREFEITURA MUNICIPAL DE POTIM, é apelado MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

ACORDAM, em 1ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram por prejudicado o exame da primeira preliminar, rejeitaram a segunda, negaram provimento ao apelo do réu e ao reexame necessário e, de ofício, reduziram a astreinte fixada na r. sentença. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores MOREIRA VIEGAS (Presidente sem voto), TORRES DE CARVALHO E RUY ALBERTO LEME CAVALHEIRO.

São Paulo, 6 de agosto de 2015.

Dimas Rubens Fonseca
RELATOR
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

APEL. (C/ REVISÃO) E REEXAME NECESSÁRIO

0006876-67.2012.8.26.0028

COMARCA: APARECIDA (2ª VC)

APTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POTIM

APDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

JD 1º GRAU: DENISE VIEIRA MOREIRA

VOTO Nº 14.462

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. Meio ambiente. Pedido de concessão de efeito suspensivo ao apelo prejudicado, por superveniente ausência de interesse recursal. Afastada a alegação de carência de ação por impossibilidade jurídica do pedido, eis que a imposição pelo Poder Judiciário de obrigação legal descumprida pelo Poder Público não implica em violação à discricionariedade dos atos administrativos ou lesão à harmonia e independência dos Poderes. Dever legal do Município de Potim de executar as obras necessárias para a coleta e tratamento de esgoto, outrora iniciadas e abandonadas. Comprovação de danos ambientais e de efetivo prejuízo à saúde dos munícipes, com expectativa de vida sessenta e cinco por cento (65%) menor que a média do Estado. Incapacidade de investimento do Município que não impede a realização das obras, ante a possibilidade de concessão, terceirização ou Parceria Público-Privada (PPP) dos serviços. Prazo razoável fixado na r. sentença para o cumprimento das obrigações que dispensa alteração. Rejeitado cronograma de conclusão das obras para o ano de 2.040, por não primar pela urgência destas em prol da saúde pública e da conservação do meio ambiente. Astreinte fixada em valor excessivo que legitima a sua redução de ofício, nos termos do § 6º do artigo 461 do Código de Processo Civil. Prejudicada a primeira preliminar e rejeitada a segunda. Apelo e reexame necessário desprovidos, com alteração do prazo e valor da multa estipulada na r. sentença para o caso de descumprimento das obrigações.

Trata-se de reexame necessário e de apelação interposta por **PREFEITURA MUNICIPAL DE POTIM** nos autos da ação civil pública que lhe é movida pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

PAULO, com pedido julgado parcialmente procedente pela r. sentença de fls. 345/350, que condenou o réu: (A) à obrigação de não fazer consistente em abster-se de lançar ou deixar cair o esgoto sem o devido tratamento nos cursos d'água do Município de Potim, a partir de 31 de julho de 2016; (B) à obrigação de fazer consistente em adotar todas as obras, serviços e providências necessários à implantação e funcionamento em sua integral capacidade do sistema de esgotamento sanitário do Município de Potim, com vistas à disponibilização da rede de coleta e tratamento de esgoto a toda a população e vias públicas do Município, até o dia 31 de julho de 2016; (C) à obrigação de fazer consistente em compensar os danos ambientais que porventura se mostrarem técnica, absoluta ou parcialmente, irrestauráveis ou irrecuperáveis, a serem apurados em fase de liquidação de sentença; (D) à obrigação de fazer consistente em compensar os danos ambientais intercorrentes, entendidos estes como aqueles oriundos da demora entre o dano e sua efetiva reparação, a serem apurados em fase de liquidação de sentença; (E) à obrigação de dar, consistente em indenizar os danos que, mediante justificativa técnica, porventura não puderem ser compensados, nos termos acima, em quantia a ser fixada por perícia em fase de liquidação de sentença, quantia essa a ser destinada ao Fundo Estadual de Reparação de Interesses Difusos Lesados e (F) ao pagamento de multa diária de R\$10.000,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

(dez mil reais) devida em caso de descumprimento de quaisquer das obrigações de fazer ou não fazer ora impostas, enquanto durarem seus efeitos, com correção monetária pelos índices oficiais até seu efetivo adimplemento, destinada ao Fundo Estadual de Reparação de Interesses Difusos Lesados. Concedeu a tutela antecipada para o fim de determinar que o Município de Potim execute todas as obras, serviços e providências necessários à implantação e funcionamento em sua integral capacidade dos sistemas de captação e tratamento do seu esgoto, disponibilizando rede de coleta e tratamento de esgoto a toda a sua população e vias públicas do Município até a data de 31 de julho de 2016, bem como que o réu seja compelido a abster-se de lançar ou deixar cair esgoto sem o devido tratamento em qualquer curso d'água a partir do dia 31 de julho de 2016, sob pena de multa diária de R\$10.000,00 (dez mil reais). Determinou, ainda, que o réu apresente cronograma de execução das obras em conformidade com o ora decidido no prazo de trinta (30) dias a contar da intimação da presente e informe a este Juízo, por ofício, a cada sessenta (60) dias, a contar de sua intimação para cumprimento desta liminar, independente de nova intimação, quais as providências que vem sendo tomadas para cumprimento da medida liminar concedida, sob pena de desobediência e multa diária de R\$500,00 (quinhentos reais) em caso de atraso. Em razão da sucumbência majoritária, condenou o réu ao pagamento das



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

despesas processuais, entendendo incabíveis honorários advocatícios. Arbitrou os honorários periciais definitivos em R\$12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) e determinou o encaminhamento dos autos a este E. Tribunal de Justiça para o reexame necessário.

Sustentou, preliminarmente, que o recurso deve ser recebido com efeito suspensivo; alegou, ainda em sede de preliminar, carência de ação ante a impossibilidade jurídica do pedido, caracterizada pela violação à discricionariedade administrativa; que não é razoável o prazo fixado na r. sentença para o cumprimento das obrigações, dada a necessidade de celebração de parceria público-privada por conta da ausência de capacidade de investimento; que deve ser acolhido o cronograma apresentado para a execução das obras, cujo término não ocorrerá somente em 2.040, mas em médio prazo até 2.019 (fls. 370/381).

Foram oferecidas contrarrazões com pleito de desprovimento do recurso (fls. 387/391).

A D. Procuradoria Geral de Justiça apresentou parecer às fls. 399/404.

É o relatório.

Prejudicado o exame da preliminar pela qual o apelante pleiteia o recebimento do recurso com efeito suspensivo, por superveniente ausência de interesse recursal, uma vez que a r. decisão interlocutória de fl. 385 recebeu o apelo no duplo efeito.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

De outro lado, não há que se falar em carência de ação por impossibilidade jurídica do pedido, eis que a coleta e tratamento de esgoto são obrigações determinadas pela Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico (Lei nº 11.445/07) e pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10), o que legitima a ação do Poder Judiciário, quando provocado, para o fim de determinar o cumprimento de tais obrigações pelo Poder Público, sem que isso implique em violação à discricionariedade dos atos administrativos ou lesão à harmonia e independência dos Poderes.

A propósito: "AÇÃO AMBIENTAL. Itapecerica da Serra. Jardim do Éden. Implantação de rede de coleta de esgoto. Pavimentação asfáltica. Multa cominatória. 1. Políticas públicas. Intervenção judicial. A intervenção judicial nas políticas públicas se justifica quando a administração não age ou quando age de modo a inviabilizar o exercício de direitos. "É que, se tais Poderes do Estado agirem de modo irrazoável ou procederem com a clara intenção de neutralizar, comprometendo a, a eficácia dos direitos sociais, econômicos e culturais, afetando, como decorrência causal de uma injustificável inércia estatal ou de um abusivo comportamento governamental, aquele núcleo intangível consubstanciador de um conjunto irreduzível de condições mínimas necessárias a uma existência digna e essenciais à própria sobrevivência do indivíduo, aí, então, justificar-se-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

á, como precedentemente já enfatizado - e até mesmo por razões fundadas em um imperativo ético-jurídico - , a possibilidade de intervenção do Poder Judiciário, em ordem a viabilizar, a todos, o acesso aos bens cuja fruição lhes haja sido injustamente recusada pelo Estado. (...) 2. Políticas públicas. Intervenção judicial. Implantação da coleta de esgoto. A coleta de esgoto se insere nos serviço de saneamento básico e é exercido com base nos princípios estabelecidos no art. 2º da LF 11.445/07. O caso dos autos é de evidente ausência de serviços de saneamento básico que, por serem considerados fundamentais no nosso ordenamento jurídico, justificam a intervenção extraordinária do Judiciário (...)"¹.

Por sua vez, ficou constatado no laudo pericial produzido nos autos que: "A saúde pública no Município de Potim gera munícipes que morrem em média 65% mais cedo que a média no Estado. Não é por acaso que o índice de tratamento de esgotos no Município de Potim seja atualmente zero. Não existe. O dano ambiental está intimamente ligado com a longevidade diminuta da população residente no Município" (fl. 270).

Foi apurado pelo expert, ainda, que "Os responsáveis - por omissão e falha de entendimento político - são os Poderes Executivo e Legislativo, ressalvada a inexistente capacidade de investimento do Município" (fl. 271), bem como que

¹ SÃO PAULO. Tribunal de Justiça (1ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente). Apelação nº 0011624-72.2010.8.26.0268. Rel. Des. Torres de Carvalho. Julgado em 04 de dezembro de 2014.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

"(...) o quadro atual de saneamento básico ambiental no Município de Potim exige ações urgentes do Poder Público Municipal, à saber: a) Construção de uma ETA a partir de um curso d'água superficial, na medida em que a atual (subterrânea) mostrou-se definitivamente imprópria. b) Substituição da rede de distribuição nos percentuais que tangenciam a vida a útil. c) Construção de uma ETE visando tratamento de 100% dos dejetos líquidos gerados no Município. d) Redimensionamento e substituição da rede coletora de esgotos nos percentuais que tangenciam a vida a útil. e) Implantação de programa de coleta e destinação de dejetos sólidos. f) Implantação de programas de macro-drenagem. g) Ação direta na ocupação urbana irregular em encostas e áreas ribeirinhas" (fl. 272/273).

O laudo pericial atestou que não há perspectiva de tempo caso as obras sejam realizadas por recursos próprios do Município de Potim, porquanto inexistentes, esclarecendo, porém, a possibilidade de execução daquelas por meio de concessão, terceirização ou Parceria Público-Privada (PPP) dos serviços, pelo valor de R\$21.463.613,00 (vinte e um milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, seiscentos e treze reais) para adequação total da coleta e tratamento do esgoto ou, então, pelo valor de R\$12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil reais), para a adequação do saneamento a condições mínimas de saúde pública.

Ressalte-se que Relatório Técnico da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Superintendência de Controle de Endemias – SUCEN, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Saúde do Estado de São Paulo, constatou que a água produzida no Município de Potim é um grave problema de saúde pública, dentre outros motivos, por conter composição físico-química com ligação direta à infestação por larvas do mosquito *Aedes Aegypti*, transmissor da dengue, além de apresentar cloraminas (produto da reação de nitrogênio amoniacal com cloro), substâncias cancerígenas (fls. 277 e 279).

Pontifique-se que o Município de Potim iniciou em 2005 o desenvolvimento de um projeto de estação de tratamento de esgotos por meio de um conjunto de lagoas de decantação (anaeróbia), o qual, após a primeira fase, foi abandonado pelo fato de o terreno estar sujeito a inundações e alagamentos, o que impediu a operação das lagoas por inviabilidade técnica e/ou eventual falha de projeto (fl. 285), gerando dano ambiental pela poluição impregnada dos cursos d'água de um rio e de dois ribeirões do Município em razão da descarga diária de esgotos.

Frise-se que o artigo 14, II, da Lei Estadual nº 7.750/92 (Política Estadual de Saneamento) atribui aos Municípios o gerenciamento das instalações e serviços de saneamento, assim como a coordenação dos serviços e obras de expansão urbana horizontal e vertical, de modo que o legislador incumbiu aos Municípios a execução dos serviços de saneamento local.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Tem-se, assim, que andou bem a MM^a. Juíza singular, ao condenar o apelante à obrigação de se abster de continuar a lançar esgoto sem o devido tratamento nos cursos d'água do Município de Potim, bem como de implantar um sistema sanitário dotado de rede de coleta e tratamento de esgoto a toda a população, além de compensar e indenizar os danos ambientais a serem apurados em liquidação de sentença, sob pena de multa diária no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais).

Neste sentido, o entendimento desta Egrégia Corte de Justiça: *"AÇÃO AMBIENTAL. São Carlos. Construção de sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário. 1. Serviço público. Saneamento. É dever do Município o gerenciamento das instalações e serviços de saneamento, bem como a coordenação dos serviços e obras de expansão urbana horizontal e vertical nos termos do art. 14, II da LE 7.750/92. 2. Responsabilidade pela prestação do serviço. A responsabilidade pelo saneamento básico é do município, que pode executá-lo diretamente ou atribuí-lo a terceiro. Cabe à autarquia, no caso, a responsabilidade pela execução do serviço público que lhe foi transferido. 3. Intervenção judicial. Cabe à administração o planejamento, execução e manutenção do saneamento básico, entre eles a coleta, afastamento e tratamento do esgoto. O município admite a obrigação, tanto que elaborou o projeto e obteve financiamento federal para a sua execução; nesse contexto, não há como voltar-se*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

contra a intervenção judicial que se limita a incentivá-la a cumprir a obrigação admitida. 4. Honorários advocatícios. O Ministério Público não recebe honorários advocatícios. Condenação afastada. Procedência. Recurso da autarquia e reexame provido em parte, com observação”².

Por seu turno, o prazo fixado na r. sentença para o cumprimento das obrigações, qual seja, até 31 de julho de 2016, não se mostra exíguo como alegado no apelo, dada a urgência da realização das obras de coleta e tratamento de esgoto para o bem da saúde pública do Município de Potim, bem como para evitar maiores danos ambientais, cabendo ao apelante agilizar os procedimentos administrativos para a concessão, terceirização ou celebração de Parceria Público-Privada (PPP) dos serviços necessários, em caso de subsistência de sua incapacidade financeira para novos investimentos.

Finalmente, não há que se falar em adoção do cronograma apresentado pelo apelante para a execução das obras, tendo em vista a previsão do término destas somente no ano de 2.040 (fl. 313), em total descaso à urgência da execução dos serviços de saneamento básico para o bem da saúde pública e conservação do meio ambiente do Município de Potim, ressaltando-se, ainda, que tal documento é desprovido de elementos seguros, convincentes e idôneos acerca da necessidade de tal prazo.

Por derradeiro, a multa diária fixada

² SÃO PAULO. Tribunal de Justiça (1ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente). Apelação nº 0013019-78.2010.8.26.0566. Rel. Des. Torres de Carvalho. Julgado em 05 de fevereiro de 2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), para o caso de descumprimento das obrigações de fazer e não fazer determinadas na r. sentença, mostrou-se excessiva na espécie, sobretudo ao se considerar o precário estado financeiro e orçamentário da apelante, razão pela qual, de ofício, passa a ser semanal e fixada no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais) e frações, nos termos do artigo 461, § 6º, do Código de Processo Civil³.

Ante ao exposto, pelo meu voto, dou por prejudicado o exame da primeira preliminar, rejeito a segunda, nego provimento ao apelo do réu e ao reexame necessário e, de ofício, reduzo a *astreinte* fixada na r. sentença para o valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais), determinando a sua aplicação por semana e frações.

DIMAS RUBENS FONSECA

RELATOR

³ Artigo 461. "Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento. (...) § 6º O juiz poderá, de ofício, modificar o valor ou a periodicidade da multa, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva".